

CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE AGRONOMIA DO EXÉRCITO

(SUGESTÕES)

COPÊRNICO DE ARRUDA CORDEIRO,
Cap. R-1 de Inf. e Engenheiro Agrônomo.

I — INTRODUÇÃO

Sempre me preocupei muito com os problemas nacionais. Dois deles, entretanto, são os que mais me têm chamado a atenção. Um, e que tem sido muito debatido pela imprensa, é o da nossa baixa produção agrícola. Outro, não menos importante, e que também tem sido bastante comentado é o do conceito e prestígio de que goza o Exército Nacional no seio do nosso povo.

Explicam-se bem tais preferências. É que sou militar da reserva, tendo ingressado muito moço no Exército e nêle permanecido por muitos anos. Hoje, após ter passado para a reserva, sou formado em agronomia. Aí está o binômio de atividades a que tenho dedicado minha vida — Exército e Agricultura — a influir na preferência acima citada.

Constante e seguidamente são feitas, pela imprensa de todo o país, críticas muito severas sobre aqueles dois pontos acima mencionados. Por isso, tenho pensado bastante na obtenção de um meio capaz de resolvê-los, para o bem de toda a coletividade brasileira.

Para solução desses problemas idealizei um plano que passo a expor logo adiante. Plano muito vasto, que dependerá, é óbvio, de meios suficientes, mas, sobretudo, de grande soma de boa vontade e de elevada dose de patriotismo. Tudo isso o Exército possui e por isso mesmo é que me atrevo a apresentá-lo, através deste trabalho, na esperança de que será estudado

por quem de direito, pois somente por intermédio do próprio Exército é que será possível desfazer conceitos errôneos a seu respeito.

II — PRIMEIRA PARTE

(Exército e Agricultura)

2.1 — *Serviço Militar e Prática da Agricultura*

Quando um assunto qualquer transcende as esferas de sua própria limitação e passa a ser debatido através da imprensa falada e escrita, é sinal de que esse assunto ganhou prestígio e importância, interessando fundamentalmente à opinião pública, ou seja, ao povo.

Está neste caso o da prestação do Serviço Militar consorciado com a prática da agricultura.

Constante e seguidamente estamos lendo nos periódicos de nosso país, artigos assinados por pessoas do mais alto valor social, intelectual e até mesmo político, sugerindo esta ou aquela providência no sentido de se empregar o Exército na Agricultura. Recentemente uma estação de televisão de São Paulo realizou um programa no qual foi debatida essa momentosa questão.

2.2 — *Repercussão na Imprensa e no Parlamento*

(Opiniões)

As opiniões são várias e as mais desencontradas possíveis, todas, porém, visam ao mesmo fim — o em-

prêgo do Exército no aumento da produção, principalmente a agrícola. O Sr. Cel. R-1 de Art. Francisco Pessoa Cavalcanti, em seu opúsculo "Nos Bastidores da República" (publicação particular, 1954, São Paulo), menciona várias delas para rebastecer sua sugestão, aliás muito boa, da criação de colônias militares.

Cita o Sr. Cel. Pessoa Cavalcanti: "Como reforço do nosso alvitre, pelo qual nos batemos com convicção, pertinácia e senso da realidade brasileira, lembramos ainda a sugestão lançada pelo "Diário de São Paulo", da autoria do Senador Assis Chateaubriand em que lembrava ao ex-Ministro da Guerra, a conveniência da localização de 20.000 homens do Exército no interior, entregues a atividades construtivas". Aliás o Sr. Cel. Pessoa Cavalcanti concorda plenamente com o Senador Assis Chateaubriand quando afirma: "Discordamos, entretanto, de S. Excia., quanto ao efetivo que convinha ser no mínimo de 200.000 soldados, dado o fato da extensão da base física, o fator demográfico e o escopo econômico à atingir". E mais adiante, ainda em reforço de suas proposições: "E julgo militar em abono da tese que defendemos com abundantes razões lógicas e motivos práticos, o parecer erudito e patriótico do Deputado Dr. Menotti Del Picchia, que segue: "Parece, pois, erro crasso reter-se nos quartéis grandes massas humanas. Produzir nos campos e nas fábricas, abundantemente na paz, já é automática preparação para a guerra.

Esses braços represados nas casernas fazem mais mal do que bem para a defesa do país, pois largam o campo e as fábricas onde a produção decresec e podem estar se adestrando com armas absoletas, sendo necessário na hora do seu aproveitamento, um novo trabalho de preparação e adestramento com o armamento novo.

Bons comandos, cultos Estados-Maiores, atentos sempre na revisão dos seus planos e ágeis e adestradas equipes de monitores, representarão a melhor preparação do

país, uma vez que possam encontrar, nos juvenis viveiros dos Tiros de Guerra, a másucla e fetiva mocidade pronta a empunhar o fuzil para defender a pátria".

Não param aí, porém, os comentários. O jornalista Gondin da Fonseca publicou uma crônica na "Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 2-VI-954, sobre o assunto, na qual se referia ao trabalho do Sr. Ruy de Menezes, Diretor do "Correio de Barretos", publicado naquele prestigioso órgão do interior paulista, em sua edição de 19-V-954.

O título do artigo do Sr. Ruy de Menezes é, por si só, muito sugestivo: "Soldado de enxada na mão..." O jornalista, depois de argumentar que os nossos males poderiam ser resolvidos por meio de *Trabalho* e de *Aumento de Produção*, aponta sentencioso: "Assim é que precisamos de arregaçar as mangas para produzir, como único jeito para indireitar as coisas: Eu tomo a liberdade, então, de sugerir um procedimento: a utilização do Exército e das Forças Públicas, por exemplo, ou qualquer outra corporação militar, no plantio de lavouras e na manufatura de produtos.

O Soldado daria à Pátria seis meses de serviço militar propriamente dito, quando se inteiraria dos segredos da arte da guerra. Depois, deveria ficar mais seis meses, dando seus serviços no trabalho em proveito da batalha da produção, no campo, trepado num trator arando terra do governo, e depois, colhendo os frutos, ou nas fábricas a movimentar as grandes máquinas para que as mercadorias se multiplicassem. Terras devolutas existem por esse imenso Brasil afora, aos milhares de alqueires. Dinheiro? O Governo, ao invés de sustentar o numeroso funcionalismo da COFAP "et caterva", compraria arados, enxadas, tratores, colhedei-ras e caminhões, faria estradas, tudo isso com essas verbas inúteis que mantêm organismos caros e ineficientes.

Depois disso, aguardar as mãos das altistas, dos intermediários e especuladores. Está faltando

arroz no mercado pela retenção, por exemplo, e, conseqüência, o preço está altíssimo? Por que baixar uma tabela a que ninguém obedece e que força, ainda mais, o câmbio negro? O Governô, que colheu bastante e armazenou tudo isso pelo braço forte de nossos soldados, bastaria lançar, apenas, milhões de sacas de arroz no mercado a preços em condições de cobertura dos gastos e o resultado seria a baixa imediata de todo o arroz existente...

Isto é um exemplo, apenas. E nem nos digam que seria humilhante que o glorioso Exército de Caxias se rebaixasse a tanto, usando de uma enxada ao invés de um fuzil. Partindo da premissa de que o trabalho é sempre honra e dignidade e de que a função precípua das classes armadas é defender o país no exterior e sustentar as instituições no interior, pergunto: que atividade mais eficiente pode existir, hoje em dia, para a defesa das instituições — dever primeiro do militar — que a baixa imediata e real do custo de vida, que ameaça tudo de subverso e demolição?

Teria, então, o glorioso Exército de Caxias, que, por diversas vêzes, salvou a Pátria de seus inimigos exteriores e que tem sido o guardião atento e zeloso de nossas instituições, a sua melhor oportunidade de agir com elevado patriotismo, credenciando-se assim, ainda mais, à estima de todo o povo brasileiro, uma vez, também, que, não pertencendo a castas, êsse mesmo Exército nada mais representa que o próprio povo, uniformizado, em aprendizado útil para bem servir ao Brasil".

Mais recentemente, porém, segundo a "Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 24-XII-954, esta idéia — que já tinha sido debatida nas nossas casas do Congresso em outras ocasiões — voltou a ser tratada na Câmara dos Deputados pelo Senhor Ruy Ramos.

Disse o Deputado Ruy Ramos, ao defender a tese do Exército bivalente: "Eu me congratulô porque posso falar neste assunto sem sofrer a repulsa que Ruy Barbosa, falando em assuntos correlatos, viu

cercá-lo por parte de elementos das Fôrças Armadas".

Salientou ainda que no último orçamento da República, enquanto o Ministério da Guerra consome 12%, à agricultura, com tôdas as suas dotações, não se reservam mais de que 6%.

Argumentou também que está finda na América a fase de Exército heróico, pensando permanentemente na guerra, e salientou que somos um país lamentavelmente subdesenvolvido, que precisa de produção devendo as Fôrças Armadas contribuir nessa nova batalha pacífica.

O Deputado Ruy Ramos sustentou que, nas condições atuais, bastaria que tivéssemos um Ministério da Defesa Nacional, com uma Diretoria da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica. Precisamos — disse êle — de um pequeno Exército armado, bem preparado, com suficiente mobilidade para, quando necessário, mover a nação inteira em armas.

A bivalência do Exército, engajado na batalha da produção, teria dois objetivos: cessariam as objeções que se levantam contra sua improdutividade e, ao mesmo tempo poderia bastar-se a si mesmo.

O Deputado General Lima de Figueiredo, por sua vez, colaborando com o seu colega Ruy Ramos, afirmou: "que as nossas Fôrças Armadas estão em pé de paz, vivendo uma "miséria dourada", dadas as suas condições de equipamento". Afirmou ainda, que a Iugoslavia e a China empregaram os seus exércitos em tarefas produtivas e hoje ambos são capazes de atender às próprias necessidades. O mesmo caminho segue o Chile e o Brasil poderia fazê-lo também, economizando, assim, grandes dotações orçamentárias.

Exposta a situação, vejamos, agora, outro aspecto do problema.

O Serviço Militar é obrigatório, mas as Fôrças Armadas não podem receber todos os jovens de uma classe em idade militar.

Isto acontece, ao que sabemos, não sômente porque os seus efetivos não comportam tão grande número de convocados, como também

porque se tal se desse transtornaria completamente a nossa economia. A retirada das atividades agrícolas e industriais de tão elevado número de braços, diminuiria sensivelmente a já escassa mão-de-obra do país. Daí surgirem as medidas de excesso, como a dispensa em massa de milhares de convocados, o que, de certo modo, pode, com o correr dos tempos, provocar descontentamento ou então gerar o desinteresse pela prestação do Serviço Militar.

Já, em 1949, quando o Governo da República encaminhou à Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei do "Serviço Nacional", dizia em sua mensagem: "O Serviço nas classes armadas longe está de absorver a totalidade dos homens que anualmente atingem a idade legal e ainda não há uma lei que fixe os outros encargos necessários à defesa da Pátria. Nada menos de 350.000 jovens ficam anualmente, após atingir a idade necessária para servir à Pátria, sem poder receber instrução militar, excluindo-se e 200.000 outros que recebem deficiente instrução militar nos tiros de guerra". ("Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 20-VIII-948).

III — SEGUNDA PARTE

(Deficiências do operário rural)

3.1 — Operários rotineiros — Falta de mão-de-obra especializada

Outra questão muito citada em nosso país é a falta de operários especializados, principalmente na agricultura. "Nosso trabalhador do campo é rotineiro" e "não temos tratoristas em número suficiente para as nossas necessidades", por exemplo, são afirmativas comuns e muito repetidas. Mas, infelizmente, elas encerram duas verdades incontestáveis. Para provar a primeira delas vejamos o que dizem os ilustres pesquisadores Eng. Agr. Ruy Muller Paiva e Mario D. Homem de Mello, na introdução do Interessante trabalho de pesquisa econômico-social-rural, "Estudo sobre a Agricultura dos Sitiantes", realizada pelos mesmos, em Campinas, Estado

de São Paulo: "... quando considerarmos isoladamente os pequenos proprietários, ou os "sitiantes" como são melhor conhecidos, vemos que eles pouco tem aproveitado de todo esse auxílio que o Governo vem prestando à lavoura. Todos eles ainda se encontram praticando uma agricultura desoladamente rudimentar. Terras mal preparadas, culturas mal feitas e falhas; produtos colhidos de qualidade inferior e cheios de doenças, pomares com mudas de pé franco e vargens férteis inaproveitadas; criação de qualidade inferior solta em volta da casa; ambiente enfim, cheio de miséria e vazio de esperança. A eles, parece-me ainda não ter chegado qualquer auxílio do Governo".

Os convocados oriundos da zona rural são, em grande maioria, dessa laboriosa e honrada classe social. Também é sabido que os "pequenos proprietários" ou os "sitiantes" e os "operários rurais" se equivalem quanto aos conhecimentos das práticas agrícolas.

Opinião como essa, emitida por dois técnicos de renomada importância no seio de suas atividades e em todo o país, em um trabalho de pesquisa, retrata bem o estágio em que se encontra o nosso homem do campo. Ele é rotineiro e atrasado quanto às práticas agrícolas, não há dúvida.

Mas o que há de verdade quando se afirma que não há tratoristas em número suficiente para as nossas necessidades? Não temos à mão nenhum dado estatístico do número de tratoristas existentes em nosso país, mas, o simples fato de que somente há, relativamente, poucos anos, foi iniciado o ensino ou aprendizado de tal profissão em nosso meio, basta para se concluir que estamos longe de atingir o número de habilitados nessa profissão de que tanto carecemos.

3.2 — Formação de tratoristas pelo Exército

Em 18-VII-952, através das colunas do "Suplemento Agrícola do "Diário de Piracicaba", tive oportunidade de escrever um pequeno ar-

tigo de incentivo ao início das práticas agrícolas nas unidades do Exército.

O comentário nasceu com a notícia publicada no "Boletim Informativo" do Ministério da Agricultura de que três Unidades sediadas no Rio Grande do Sul, o 3º R.A. Cav. 75, o 12º R.C. e o 3º R.C., haviam solicitado àquele Ministério o fornecimento de sementes de trigo para o respectivo plantio.

Escrevi, então, no meu artigo: "Conforme diz a própria nota, deve-se consiedrar a repercussão que poderá ter essa iniciativa do Exército, pois naquelas Unidades se encontra prestando serviço militar avultado numero de jovens procedentes dos pontos mais diversos do grande Estado suíno e, possivelmente, de outros Estados, e que terao, assim, oportunidade de acompanhar o desenvolvimento da lavoura de trigo e conhecer suficientemente o seu processamento. Tal circunstância talvez venha a resultar em inumeros empreendimentos privados, porquanto, terminando o tempo de sreviço militar, aqueles jovens regressarão à vida civil, onde terão de tomar ruro profissional e muitos dêles poderão adquirir o gôsto pela agricultura".

Mais adiante, no mesmo artigo, relacionei à iniciativa daquelas Unidades do Exército o aprendizado do tratorismo, como se segue: "A mecanização da lavoura em nosso país está caminhando a passos lentos em face de inúmeros problemas, e dentre êles a falta de tratoristas. Não seria magnífica colaboração à Pátria, se nas Unidades do Exército, a par do Serviço Militar, fôsse ministrado aos moços convocados um curso de tratorismo?".

Não resta dúvida de que isto seria mais um motivo para aumentar o seu prestígio perante os brasileiros e para êstes um ensejo a mais para dedicar-lhe a admiração que merece!

IV — TERCEIRA PARTE

(Sugestões)

4.1 — Serviço de Agronomia (Unidades Agrícolas)

Para remediar êsses males, em minha opinião, muito poderia concorrer o próprio Exército. Para tanto, bastaria que fôsse criado dentro dêle mais uma Diretoria — Das Propriedades Rurais da União — e, nela, o Serviço de Agronomia; ficando afeta à Diretoria, a administração de tôdas as Fazendas pertencentes ao Exército, e, ao Serviço de Agronomia, a responsabilidade da produção e ensino das práticas agrícolas e pecuárias para os convocados das Unidades Agrícolas.

Para o funcionamento do Serviço de Agronomia poderia o Exército formar um quadro de engenheiros agrônomos, como é feito para os médicos e para os veterinários, por exemplo.

A êsses técnicos caberia o bom funcionamento do novo serviço, que teria como atribuições aquelas já propostas pelo Major de Artilharia Luiz Felipe da Silva Wiedemann, da Comissão de Estudos para Aproveitamento das Propriedades Rurais da União a Cargo do Exército, ao Exmo. Sr. General Nilo Augusto Guerreiro Lima, ("Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, 16-I-955), que podemos sintetizar no seguinte:

1º) Reunir tôdas as Propriedades Rurais da União a cargo do Exército sob uma única direção.

Levando-se em consideração:

a) que o número de propriedades, extensão e distância entre as mesmas a isto aconselha;

b) impedir a apropriação indébita das mesmas por elementos adventícios, ocasionando grandes inconvenientes, inclusive jurídicos;

2º) Estudar seu pleno aproveitamento agro-pecuário, melhorando tènicamente as suas condições e dando novas fontes de abastecimentos;

3º) Dar uma razoável estrutura administrativa às referidas proprie-

sua eficiência, ao colaborar na organização das *granjas militares*.

Por outro lado não inclui no "efetivo", proposto para a "experiência" nem médico, nem farmacêutico, nem dentista, pelas razões seguintes :

a) Trata-se apenas de um "efetivo" para realização de uma experiência ;

b) Todos os elementos (civis e militares), nesse efetivo experimental, são como que emprestados por outras unidades, repartições, etc. e, por isso, tivemos escrupulo em sugerir pessoal numeroso ;

c) A Fazenda Chapadão, local sugerido para sede da Unidade Agrícola experimental, está situada em Campinas, cidade onde se acham sediados o 2º B.C.C.L. e um Pôsto de Reprodutores do Exército. Do primeiro pode ser solicitada a colaboração do Serviço de Saúde (médico, farmacêutico e dentista) e do segundo a colaboração do veterinário, se se fizer necessário.

4.2.2 — Recrutamento do pessoal

Os militares deveriam ser recrutados pelo sistema de voluntariado — ou seja, pela espontânea vontade de cada um — para oficiais,

sargentos e cabos, que poderiam ser, indiferentemente, originários da zona urbana ou rural, enquanto que para os soldados deveria ser dada preferência aos oriundos da zona rural, e que exercessem a profissão de lavrador. Esses soldados só iriam para a Fazenda (Unidade Agrícola Experimental), após terem feito, na tropa, o 1º período de instrução (Escola do Soldado).

Os três agrônomos para essa experiência, sugiro que fossem solicitados, por comissionamento, ao Governo do Estado de São Paulo. Eles deveriam preencher as seguintes condições: um com prática de direção de Estação Experimental ou Fazenda de Produção, outro, especialista em Zootécnica e o terceiro com prática de planejamento, conservação do solo, irrigação e drenagem. Tenho a certeza de que o Governo do Estado de São Paulo, como o de qualquer outro Estado, se sentiria orgulhoso em poder colaborar nessa experiência do nosso Exército. Por outro lado, posso afirmar que a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, natu- em poder colaborar, através de seus elementos, nessa notável e útil iniciativa.

4.2.3 — Organização

Esse efetivo experimental teria a seguinte organização :

	1 Capitão Comandante	
	1 1º ou 2º Ten. Subcomandante	
	1 1º ou 2º Ten. I.E. Tesoureiro	
	1 1º ou 2º Sgt. Sargenteante	
	2 2º ou 3º Sgts.	} Secretaria
	2 Cabos	
	1 Soldado	
Pessoal militar	1 2º ou 3º Sgt.	} Almojarifado — Tesouraria
	1 Cabo	
	1 Soldado	
	1 2º ou 3º Sgt.	} Aproveitamento e Rancho
	2 Cabos	
	3 Soldados	
	3 2º ou 3º Sgts. — Fiscais de campo	
	10 Cabos — Chefes de turmas	
	10 Turmas de 10 Soldados	

Pessoal civil { 1 Engenheiro-Agrônomo — Chefe.
 { 2 Engenheiros-Agrônomos — Auxiliares.

Essa organização experimental, caso fôsse necessário no correr da própria experiência, poderia ser modificada pelo Comandante, de comum acôrdo com os técnicos, de modo a satisfazer da melhor maneira o fim a que destina. O resultado final poderia, então, servir de "esquema" para as futuras unidades agrícolas que por ventura viessem a ser criadas, isto é, com os resultados obtidos nessa experiência poder-se-ia prever com maior segurança um tipo de efetivo para Unidades Agrícolas.

4.2.4 — Funções

Capitão — Funções próprias de um comandante de subunidade (isolada). Chefiaria o pessoal e seria responsável não somente pela disciplina como também pela instrução militar. Entretanto, a parte de produção e ensino agrícola seria afeta ao Eng. Agr. Chefe, pois, estas são funções técnicas.

Tenente Subcomandante — Funções próprias de um subcomandante de subunidade e seria o instrutor da parte de instrução militar.

Tenente I.E. — Funções de Tesoureiro-Almoxarife.

Os demais como está indicado no esquema de organização.

Pessoal civil :

Eng. Agr. Chefe — Responsável pela parte agro-pecuária. Agiria sempre de acôrdo com o Comando, mas teria autonomia na chefia dos serviços agro-pecuários propriamente distos. Competir-lhe-ia, pois, traçar o plano de trabalhos agrícolas (quais as culturas a serem feitas, época de plantio, tratamentos culturais, colheitas, secagem, beneficiamento, etc.) e bem assim a parte atinente à pecuária. Igualmente lhe ficaria afeta a parte educacional agro-pecuária, cujo mecanismo de execução poderia ser organizado como vai descrito mais adiante em linhas gerais.

Eng. Agr. Auxiliares — Um seria encarregado da parte zootécnica e, portanto, responsável pelo funcionamento desse serviço e das aulas sobre esse assunto. Outro, seria o encarregado da parte de mecânica agrícola, compreendendo não somente o planejamento e execução da parte de conservação do solo, irrigação e drenagem, como também seria o instrutor da parte de tratorismo e práticas com as diferentes máquinas agrícolas (arado, grade, sulcador, cultivador, etc.).

Alguns sargentos, como está especificado no quadro de efetivo, exerceriam as funções próprias de sargentos e bem assim alguns cabos (Secretaria, Tesouraria, Almoxarifado, etc.), os outros, ainda de acôrdo com sua classificação no quadro de efetivo, seriam auxiliares dos agrônomos nos serviços de campo. Receberiam, para isso, instruções e aulas especiais sobre os respectivos serviços.

Esses sargentos e cabos, auxiliares de agrônomos, deveriam ser, de preferência, elementos oriundos da profissão de lavrador e, portanto, já com alguma prática dos serviços agro-pecuários.

Além dessa condição poder-se-ia mandar fazê-los executar um estágio em lugares convenientes como: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, Instituto Agrônomo de Campinas, e em Fazendas de Criação do Governo Federal e do Estado de São Paulo, por exemplo. Embora sem falar em nome dessas entidades, é claro, estou absolutamente certo de que todas elas prestariam o seu concurso ao Exército com o máximo de boa vontade e de eficiência.

Todos os componentes da Unidade Agrícola exerceriam as funções determinadas pelo quadro do efetivo e, também, como operários rurais, trabalhando e aprendendo, produzindo e se aprimorando nas lides pastoris e agrícolas, conduzidos pelos respectivos técnicos.

Convém notar também que a localização da Fazenda Chapadão, em Campinas, é ideal para a criação ali, no futuro, de um Núcleo ou Centro de Treinamento Agro-pecuário, sob o comando de oficial superior, para a preparação de oficiais e sargentos destinados aos efetivos das futuras unidades agrícolas.

Em Campinas está localizado o Instituto Agronômico e bem assim outras importantes repartições da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, além de ficar a apenas uma hora de automóvel e duas horas de trem, de Piracicaba sede da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e, igualmente, a uma hora de automóvel e duas de trem, de São Paulo, onde no Parque Água Branca, está situado a Divisão da Produção Animal do Estado de São Paulo.

Essas entidades, estou certo, muito poderiam contribuir nesse treinamento de oficiais e sargentos destinados as unidades agrícolas, caso fôssem solicitadas pelo Exército, pois é claro que não se negariam a colaborar nesse empreendimento.

4.2.5 — Meios

Desconheço a situação das Fazendas do Exército, inclusive no tocante a esse capítulo, mas mesmo assim desejo fazer algumas sugestões, como se segue :

a) *Vencimentos do pessoal militar* — Como para a experiência proposta o pessoal (Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados) será fornecido pelas Unidades da Região Militar, às quais continuará pertencendo para efeito da percepção de vencimentos, ficando considerado *em destino* na Fazenda sede da experiência, não haverá, conseqüentemente, aumento de despesa.

b) *Vencimentos do pessoal civil* — Deixo de dar qualquer alvitre a esse respeito por desconhecer os caminhos da burocracia, nesse caso. De qualquer modo, porém, mesmo que o Exército deva pagar vencimentos aos mesmos, em virtude do seu pequeno número —

apenas três — a despesa, naturalmente, será pequena. Além disso, ela será perfeitamente coberta com os produtos da própria fazenda.

c) *Máquinas* — É um fator imprescindível para a realização do empreendimento, entretanto, convém lembrar que o Ministério da Agricultura mantém "Patrulhas Mecanizadas" em vários pontos do país, destinadas à realização dos serviços de mecanização da lavoura a baixo preço (preço de custo). Acredito que, para esse "teste" o Ministério autorize o emprêgo das máquinas nas Fazendas do Exército, gratuitamente.

No Estado de São Paulo há, ainda, as "Patrulhas Mecanizadas" pertencentes à Secretaria da Agricultura e que fazem os mesmos serviços. Estou certo, também, que poderão colaborar do mesmo modo nessa empresa.

Caso o empreendimento seja coroado de êxito, como acredito que o será, o Ministério da Guerra incluirá em seus orçamentos futuros, verbas destinadas a suprir suas fazendas com essas imprescindíveis máquinas.

d) *Utensílios* — Para esse item podemos argumentar da mesma maneira, isto é, utilizar-se-ão no "teste" os utensílios por ventura existentes na Fazenda. Se houver uma verba, por pequena que seja, poderá ser empregada na compra daquilo que fôr imprescindível.

No caso de não haver nem uma nem outra cousa, tomar-se-á emprestado ao Governo Federal (Ministério da Agricultura) ou ao Governo Estadual (Secretaria da Agricultura) e a experiência será realizada da mesma maneira.

e) *Sementes e Adubos* — As sementes poderão ser obtidas por doação ou por empréstimo, igualmente, nos Serviços de Fomento do Ministério da Agricultura (federal) ou da Secretaria da Agricultura (estadual).

Já os adubos poderão ser adquiridos nas firmas distribuidoras desses produtos para pagamento com o numerário a ser conseguido com a venda de uma parte daquilo que fôr produzido na Fazenda.

4.3 — Programa de Ensino para as práticas agro-pecuárias

Desde que a alta administração do Exército determine a realização da experiência, como uma fonte de pesquisa a ser feita para verificar a conveniência da adoção ou não do Serviço de Agronomia no Exército, com a criação de Unidades Agrícolas, os engenheiros agrônomos que forem escolhidos para tal missão poderão facilmente elaborar um programa que se coadune com o local e meios de que dispuzerem.

Esta é a razão porque deixamos de acrescentar a este trabalho um programa para essa atividade. Esse programa, objetivo como deve ser, só poderá ser elaborado após o prévio conhecimento do "material" de que se irá dispor, como pessoal, área, máquinas, espécies de lavouras, etc.

V — CONCLUSÃO

Eis aí a largos traços, é verdade, um plano para a criação do Serviço de Agronomia no Exército com as respectivas Unidades Agrícolas.

Deixo de apresentar qualquer sugestão para a Direção Geral do Serviço porque minha intenção é, em primeiro lugar, provar o valor e a utilidade da adoção do Serviço de Agronomia no Exército Brasileiro, por meio das Unidades Agrícolas. Desde que o Serviço fôsse criado no Exército, essa parte de sua direção geral, é claro, seria cuidada pela alta direção do Exército no seu devido tempo.

Seja ou não aproveitada essa idéia, estou certo de que a criação desse serviço em nosso Exército, como no Exército de todas as Nações de fraca economia, como o nosso, será uma contingência do próprio tempo. Isto é, mais hoje

ou mais amanhã, êle terá que surgir. Os Exércitos na América, como bem disse o Deputado Ruy Ramos na Câmara Federal "já findara a sua fase de "Exército Heróico", pensando permanentemente na guerra".

É chegada a hora do nosso glorioso Exército contribuir nessa batalha pacífica — o aumento da produção!

VI — BIBLIOGRAFIA

(Citações e consultas)

1. CAVALCANTI, Francisco Pessoa, (1946) — Questões de Governo — (Economia Rural).
2. CAVALCANTI, Francisco Pessoa, (1954) — Nos Bastidores da República — (Fatos que eu vi e vivi) — S. Paulo.
3. MULLER PAIVA, Ruy e Mario D. Homem de Mello, (1942) — Estudo Sôbre a Agricultura dos Sitiantes — Revista do Arquivo Municipal — Ano VIII — Volume LXXXVI — São Paulo.
4. FONSECA, Gondim da (1954) — Recado Carioca — "Fôlha da Manhã" de 3-VI-954, — São Paulo.
5. MENEZES, Ruy (1954) — Soldados de Enxada na Mão... — "Correio de Barretos" de 19-V-954 — Barretos — Est. São Paulo.
6. RAMOS, Ruy (1954) — Discurso na Câmara dos Deputados — "Fôlha da Manhã" de 24-XII-954 — São Paulo.
7. CORDEIRO, Copérnico de Aruda (1952) — O Exército na Campanha do Trigo — Suplemento Agrícola do "Diário de Piracicaba" de 18-VII-952 — Piracicaba — Estado de São Paulo.
8. Wiedemann, Luiz Felipe da Silva (1955) — O Exército e a Agricultura — "Correio da Manhã" de 16-I-955 — Distrito Federal.

JOALHERIA HERMAN

Anéis Militares com tôdas as Armas — Jóias, Relógios e Bijouterias

CONSERTAM-SE JÓIAS E RELÓGIOS

Sz. H. Klajmic

RUA DR. GARNIER, 390 "RIEX" — TEL.: 48-8502 — LOJA CENTRAL